



PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Praça Clovis Bevilácqua, 351, conj.501

Centro - 01018-001 - São Paulo - SP

Tel/fax (11) 3101-9419 - pcr.n@uol.com.br - www.carceraria.org.br

São Paulo, 24 de agosto de 2011.

Referência: Projeto para Misereor 2012 -2015

Estimados responsáveis da Misereor, paz e bem!

Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer o apoio que nos foi concedido nos últimos anos. Esta ajuda foi fundamental para a reestruturação da pastoral em âmbito nacional e internacional, além da realização das atividades de assistência aos encarcerados do país.

Também apresentamos um novo projeto, solicitando a contemplação da colaboração por mais 3 anos.

A Misereor possibilitou nossa atuação na diminuição da violência no sistema penitenciário brasileiro, e foi através da colaboração recebida que hoje a Pastoral Carcerária é reconhecida e respeitada em todo o país.

Queremos continuar avançando na luta por um mundo melhor e para isso, contamos com o apoio de vocês!

A seguir, o novo projeto para vossa apreciação!

Atenciosamente,

Maria Enedina Nogueira de Mello Viola
Presidente da Associação de Apoio e Acompanhamento

Pe. Valdir João Silveira
Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária/ CNBB



PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Praça Clovis Bevilácqua, 351, conj.501

Centro - 01018-001 - São Paulo - SP

Tel/fax (11) 3101-9419 - pcr.n@uol.com.br - www.carceraria.org.br

São Paulo, 24 de agosto de 2011.

Prezados membros da Misereor,

Através desta, venho agradecer pelo apoio que a instituição tem destinado á Pastoral Carcerária no decorrer dos últimos anos. O resultado da ajuda enviada, somada á dedicação dos envolvidos, foi um grande avanço no alcance da pastoral e no reconhecimento nacional de sua luta.

Percebo o trabalho da Pastoral Carcerária Nacional, como uma grande missão de prestar assistência aos encarcerados/as e suas famílias, buscando um mundo melhor, livre de violência e descaso com a dignidade humana e a fim de garantir uma vida plena de justiça e paz.

Sendo assim, apresento o meu total apoio ao novo projeto elaborado pela coordenação nacional da Pastoral Carcerária e que está sendo enviado por eles para vossa apreciação.

Agradeço a atenção, confirmando-me no sentimento de grande estima e apreço.
Saudações fraternais,

Dom Pedro Luiz Stringhini
Bispo responsável pela Pastoral Carcerária/ CNBB

Esta carta está sem assinatura, pois o bispo está viajando. Assim que possível, enviaremos uma via assinada para substituição.

ÍNDICE

1. DADOS FORMAIS	05
2. CONTEXTO DO PROJETO APRESENTADO/ CONDIÇÕES BÁSICAS	06
2.1 Contexto Político e social	09
2.2 Tortura	10
3. GRUPO BENEFICIÁRIO DO PROJETO	10
4. HISTÓRICO DO PROJETO	10
4.1 Atuação da pastoral neste contexto	10
5. OBJETIVOS DO PROJETO	11
5.1 Formação Humana	11
5.2 Políticas públicas	11
5.3 Contribuir para melhoria prisional	11
5.4 Promover a sensibilização	12
5.5 Manutenção da Pastoral (PCr)	12
6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
6.1 Formação Humana	12
6.2 Políticas Públicas	12
6.3 Melhora das Condições Prisionais e Defesa dos Direitos Humanos	13
6.4 Articulação e Participação dentro da igreja Católica	13
6.5 Manutenção do escritório e equipe de apoio	14
7. ALGUMAS ATIVIDADES	14
7.1 Atores/ colaboradores	15
8. OUTROS EFEITOS POSSÍVEIS	15
9. ANÁLISE PREVITA DOS EFEITOS	16
10. PERSPECTVAS/ SUSTENTABILIDADE	16
11. ORÇAMENTO E PLANO DE FINANCIAMENTO	17
11.1 Despesas	17
11.2 Receitas	18
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
13. ANEXOS	20
13.1 Estatuto	
13.2 Ata da última eleição da ASAAC	

13.3 Balanço dos últimos 3 anos

14. DOCUMENTOS ANEXADOS FORA DO RELATÓRIO

14.1 CD (contendo outros relatórios e publicações)

14.2 Relatório de tortura

1. DADOS FORMAIS

TÍTULO DO PROJETO: Pastoral Carcerária Nacional do Brasil 2012-2015

PROPONENTE:

ASAAC (Associação de Apoio e Acompanhamento)

Entidade Jurídica Responsável do Projeto:

Asaac (Estatuto e ata de eleição em anexo)

Praça Clóvis Beviláqua, 351, conj. 501

01018-000

Centro, SP- BRASIL

Fone/fax (11) 3101-9419

e-mail: pcr.n@uol.com.br;

site: www.carceraria.org.br

Responsável pela entidade:

Maria Enedina Nogueira de Mello Viola – presidente

Rua Pelotas, nº 284- ap 116

Vila Mariana- São Paulo/ SP

Cep: 04012-000

ASAAC tem 15 anos de existência.

A Pastoral Carcerária tem mais de 50 anos de atuação no Brasil.

Objetivos da Entidade:

- Ir ao encontro com as pessoas do sistema prisional para partilhar o Evangelho de Jesus Cristo e colaborar para que os direitos humanos sejam garantidos, através de denúncias, bem como propostas de medidas de conciliação e paz;
- Conscientizar a sociedade para a difícil situação do sistema prisional;
- Promover a dignidade humana;
- Motivar a criação de políticas públicas que zelam pelo respeito aos Direitos Humanos.

Dados da Entidade:

Estrutura de Decisão: A Pastoral Carcerária Nacional conta com uma equipe de coordenação que periodicamente se reúne e decide em colegiado. E também a entidade jurídica- Asaac – tem uma diretoria que se reúne mensalmente.

Princípios Fundamentais: Visita a todas as dependências prisionais: celas em geral, inclusão, celas de castigo, seguro, enfermaria etc.; Diálogo com a sociedade a fim de promover uma consciência coletiva comprometida com a vida e a dignidade da pessoa humana; Participação em debates e de matérias na imprensa; Apoio jurídico e social às famílias de presos e presas; Acompanhamento de denúncias de violação de direitos humanos; entre muitas outras...

Parceiros Internacionais: ICCPPC (International Commission of Catholic Prison Pastoral Care); APT (Association for the Prevention of Torture); CURE (Citizens United for the Rehabilitation of Errants);

Parceiros Nacionais: Justiça Global; AJD (Associação Juizes para a Democracia); Instituto Terra,

Trabalho e Cidadania – ITTC; Conectas Direitos Humanos; Sou da Paz; IDDD (Instituto pela Defesa do Direito de Defesa); Instituto Praxis; Ação Educativa;

De Que Forma o Público é Informado: Boletim, site (www.carceraria.org.br), correio eletrônico

Quantos colaboradores com vínculo empregatício: a entidade conta com 3 funcionários que são registrados em CLT (consolidação das Leis do Trabalho), uma administradora e dois auxiliares administrativos, e 5 prestadores de serviço, que trabalham através de contrato, sendo um advogado, um técnico de informática, um assessor de comunicação, um contador e auditor(6 em 6 meses).

Quantas pessoas trabalham como voluntárias: na Pastoral Nacional- a equipe de coordenação (Valdir, Heidi e Petra), os membros de ASAAC, e vários colaboradores, como assessora de questões indígenas, os coordenadores de Macroregiões; na pastoral do Brasil- cerca de 6.000 agentes de Pastoral

Prêmios da Pastoral Carcerária:

- 16º Prêmio Nacional de Direitos Humanos (categoria- Luta contra Tortura) – 2010
- Prêmio “Parceiro da Defensoria Pública” 2010
- Prêmio Santo Dias (Prêmio de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de SP) – 2006, 2010
- Associação Juizes para a Democracia- Escolheu a Pastoral Carcerária Nacional como entidade honrada do ano

2. CONTEXTO DO PROJETO APRESENTADO, CONDIÇÕES BÁSICAS

2.1 Contexto Político e Social:

A Realidade Brasileira se apresenta um tanto complexa porque por um lado a desigualdade social sofreu declínio na última década, o Coeficiente Gini baixou de 0,59 em 2001 para 0,53 em 2007¹, deixando o Brasil de figurar no topo da lista de países mais desiguais do mundo, por outro lado, o Brasil permanece a frente da maioria dos países da América Latina em desigualdade social.

A eleição de Dilma Rousseff no ano passado veio com duas promessas importantes: a de priorizar as políticas em favor da igualdade de gênero, e a de erradicar a pobreza no Brasil, a qual foi alavancada pelos resultados econômicos favoráveis durante o governo de seu antecessor: 20 milhões de brasileiros migraram das classes D e E para a classe C². Além disso, o país praticamente não sofreu os efeitos da crise econômica mundial de 2008 e 2009. Enfim, o crescimento econômico é visível no país, cujo PIB atingiu 7,5% no ano passado, não obstante, neste ano o Brasil não irá crescer como tanto e já há sinais de inflação.

Esse crescimento, porém, não se vê refletivo em favor da população marginalizada e presa do país.

¹<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager89.pdf>

²<http://aprendiz.uol.com.br/content/cicrikeywok.mmp>

Exemplo dessa disparidade, principalmente nos grandes centros urbanos, se verifica no fato de que a maior frota de helicópteros particulares do mundo convivendo com mais de 54,6 milhões de pessoas vivendo em situações inadequadas (que equivale 34,5% da população urbana). Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a população morando em favelas no Brasil aumentou 42% de 1992 a 2007, e alcança quase 7 milhões de pessoas³. Segundo as prefeituras, havia 1.565 favelas somente em São Paulo e Rio de Janeiro em 2007.

No tocante à política criminal assistimos a um processo híbrido de propostas legiferantes inspiradas ora por tendências neoliberais como a criação do monitoramento eletrônico, privatização de presídios e unidades prisionais incapacitantes como aquelas em que se isola o preso por 22 horas ininterruptas, com outras inspiradas ideais de justiça social como a remição por estudo, com ainda outras inspiradas pelo conservadorismo moral, como aquelas leis endurecedoras, por exemplo, a lei dos crimes hediondos e suas atualizações.

Estudos mostram que após a aprovação do Estatuto de Desarmamento, houve uma queda na taxa de homicídios, a América Latina consta como uma das áreas mais violentas no mundo- com a taxa de homicídio de 26 para cada 100 mil pessoas, enquanto esta mesma taxa na Europa cai para 8,9 mortes a cada 100 mil habitantes⁴. Há uma necessidade de lidar não somente com a questão de violência e prevenção, mas também com a população que já está presa, aproveitar o tempo de encarceramento para oferecer programas de reintegração social, programas de justiça restaurativa, justiça terapêutica, e outras formas alternativas à punição, para que possamos diminuir a taxa de reincidência e oferecer outras oportunidades a estes cidadãos. Vale dizer nesse sentido que o Brasil jamais construiu uma proposta de reintegração social coerente e eficaz.

Some-se aqui a contribuição da mídia em vender o “medo”, o que leva o Brasil a investir mais em segurança privada do que a própria Colômbia, que é mundialmente conhecida por casos de violência e tráfico de drogas. E enquanto isso, a possibilidade de uma segurança verdadeiramente pública se dilui a cada dia. Segurança pública virou sinônimo de polícia, que por sua vez também é conhecida por sua violência, corrupção e extorsão. A ONU considera qualquer país que tem mais de 25.000 mortes violentas por ano em situação de guerra civil/interna. O Brasil registra quase 50.000 homicídios por ano.

Ao mesmo tempo, este clima de medo faz que o país gasta mais dinheiro construindo prisões do que escolas- em setembro de 2010, o IBGE anunciou que a taxa de analfabetismo no Brasil é de 7% (14,1 milhões de brasileiros) que não sabem nem ler, nem escrever. Se incluir o analfabetismo funcional, a taxa atinge 20,3% da população, ou seja, um em cada 5 brasileiros é analfabeto funcional. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Luiz Flávio Gomes verificou que entre 1994 e 2009, houve uma queda de 19,3% no número de escolas públicas no país, enquanto houve um aumento de 253% do número de presídios no país. Estamos no caminho errado! Como Luiz Flávio Gomes escreveu, “uma inversão absoluta dos valores: exclusão social em detrimento da “construção cultural” do cidadão. Menos Estado social e mais Estado policial. Uma aberração.”⁵

E a realidade das drogas pesa cada vez mais no Brasil. É o país da rota do tráfico da América Latina para África e Europa, e também, segundo um estudo do Departamento de Estado dos

³ Marta Salomon, Folha de São Paulo – usando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, de 2007.

⁴ Renata Gerard da Agência Brasil

⁵ Luiz Flávio Gomes e Natália Macedo. Consultor Jurídico, 7 de abril de 2011. www.conjur.com.br, “País que constrói mais prisões que escolas está doente”

Estados Unidos, é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo (depois dos Estados Unidos). O número de pessoas presas através de alguma relação com as drogas aumenta significativamente a cada ano. Segundo o Ministério de Justiça, em Dezembro de 2010, 24,8% dos crimes estavam dentro da lei dos tóxicos. Das mulheres encarceradas, esta taxa chega a 64,7%. Se neste rol fossem incluídas também as pessoas que roubam ou furtam para comprar drogas, o número seria maior ainda.

Segundo o professor e doutor de psiquiatria, Ronaldo Laranjeira,

*O tráfico de drogas movimenta mundialmente US\$800 bilhões, com toda uma rede intrincada e complexa, envolvendo desde o alto executivo do tráfico, responsável pela lavagem de dinheiro, até o próprio usuário, que muitas vezes acaba vendendo drogas para financiar o uso;*⁶

O clima de medo se vendeu muito bem, e a população exige cada vez mais punição, e fecha os olhos cada vez mais para a violência policial e prisional- achando que “os bandidos merecem.”

O número de presidiários no Brasil mais que dobrou em nove anos. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária do País saltou de 232.755 em 2000 para 473.626 em 2009. No mesmo período, a população brasileira cresceu 11,8%. Entre 2005 e 2007, a população prisional masculina do país aumentou 16,2% e a população feminina disparou com um aumento de mais de 27%!

Boa parte do aumento se deve ao crescimento do número de presos provisórios, que aguardam julgamento. No ano passado, atingiu a marca de 152.612 presos, o que representa 44% do total de detentos do País. O número de presos provisórios no País subiu 7% em relação a 2008.

Podemos ver no editorial de Luíz Flávio Gomes e Natália Macedo que a política do país é de encarceramento da pobreza e das massas:

Todos os facilmente “prisionáveis” são também politicamente “mortáveis” (sujeitos facilmente à pena de morte extralegal, que continua mais viva do que nunca no Brasil em guerra). Do menor de rua ao desempregado, basta que seja um marginalizado (discriminado étnico) para se enquadrar na categoria dos “mortáveis” (não importando muito o que foi feito, um pequeno ou um grave desvio de conduta).

A pena de morte está viva na guerra civil brasileira. Quando o discriminado não é morto, resta a prisão. Ou é o “caveirão” ou é o inferno da prisão.

O uso da força bruta faz parte da estratégia de contenção da marginalização (dos grupos étnicos segregados). O aumento de policiais nas ruas (onde os indivíduos discriminados são extremamente vulneráveis) não significa necessariamente (automaticamente) mais segurança, sim, mais prisões.

A fábrica da violência no Brasil está funcionando a todo vapor (aumento populacional, desorganização social, ausência do Estado providência, desigualdade econômica, tratamento hierarquizado etc.).

⁶ Ronaldo Laranjeira, Jornal da Tarde, 20 de março de 2007

As estruturas das máquinas da guerra civil étnica (legislativo, policiais, ministério público, juízes, presídios etc.) foram incrementadas (nos últimos anos) (cf. sobre essa guerra Luís Mir, Guerra civil). Tudo somado, eis o resultado: explosão carcerária (que tende a aumentar, na medida em que não cuidemos das causas do problema).

Enquanto isso, o Estado cedendo a pressão para “mais segurança”, acaba gastando mais em um sistema que não funciona. No final do ano passado, saiu um dado dizendo que o Brasil investiu R\$1,2 bilhão somente no sistema penitenciário (sem incluir recursos humanos), porém o retorno deste investimento foi o aumento da população prisional.⁷ A Pastoral procura ver além da demanda pública, além do gasto inefetivo de dinheiro, além da simplesmente repressão do crime.

2.2 Tortura

As denúncias dos casos de tortura parecem de ter diminuído nos últimos anos. Mesmo assim, a publicação do *Relatório de Tortura* pela Pastoral Carcerária trouxe atenção de volta a esta questão- e confirma que está longe de ser erradicada. Varias autoridades opinaram sobre esta questão quando foi lançado o relatório:

Hoje não é possível dimensionar a violência policial no Brasil. A tradição autoritária da ditadura e do período colonial, a impunidade, a falta de fiscalização e o corporativismo são os principais fatores. É mais fácil condenar uma babá por tortura do que um policial. (José de Jesus Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária Nacional)

É muito difícil descobrir a tortura porque isso acontece em instituições fechadas. A palavra do presidiário não tem valor. O depoimento do agente público é supervalorizado. (Juiz Luciano Losekann, Conselho Nacional de Justiça (CNJ))

Uma forma de reparação da tortura do passado é o combate à tortura do presente. Todo dia ainda tem tortura no Brasil. Ela é um costume, um ato histórico bárbaro (Aldo Zaidan, coordenador-geral de Combate à Tortura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência)⁸

As Ouvidorias modernas, enquanto mecanismos democráticos de controle, observação e proposição, têm como função controlar a observância das leis e denunciar aqueles agentes públicos que, no exercício de suas funções, cometem desvios e ilegalidades, bem como centralizar as queixas, reclamações e sugestões da população no tocante à administração pública.

Tal inovação institucional, fortemente calcada no rápido processo de racionalização da administração pública, busca imprimir mais transparência e eficiência na governança do Estado, estruturando um mecanismo capaz de dar vazão às demandas da população e sugerir a implementação, modificação ou extinção de determinadas políticas públicas.

No Brasil, a criação das Ouvidorias independentes se faz extremamente necessária devido o alto índice de corrupção e violação dos direitos humanos nas instituições judiciárias e de segurança pública.

⁷ Daniella Jinkings, Agência Brasil, 27/12/2010

⁸ ⁸ Globo online, 09/04/2011

As camadas mais vulneráveis da sociedade, desprotegidas e criminalizadas, necessitam de um organismo, com poder, que possa acolher e fazer valer os seus direitos, as suas reivindicações, sem retalhamentos. A implantação deste órgão externo de controle do Sistema Prisional, da Polícia e do Judiciário é condição inerente para amenizar e desacelerar as violações dos direitos aos mais fragilizados, principalmente as pessoas presas desprotegidas, sem defesa.

3. GRUPO BENEFICIÁRIO DO PROJETO

A PCrN trabalha no âmbito nacional, e como já foi dito o país tem hoje mais de 500.000 pessoas presas. Além da população prisional, trabalhamos com as famílias dos mesmos, os funcionários do sistema prisional, e a Igreja. A função da PCrN também é trabalhar diretamente e indiretamente com os mais de 6.000 voluntários da PCr no Brasil.

Nestes últimos 6 anos, a PCrN também tem desenvolvido um trabalho específico em prol das mulheres encarceradas- participando em audiências internacionais e até na elaboração das Regras de Bangkok (regras mínimas da ONU para tratamento de mulheres encarceradas).

A PCr tem a oportunidade trabalhar exclusivamente e manter como prioridade a defesa da população prisional através do relacionamento direto com ela, podendo assim conhecer de perto a sua realidade. Através da participação nas Assembléias regionais, estaduais e diocesanas da PCr, a coordenação nacional também estabelece prioridades junto com os agentes de pastoral.

4. HISTÓRICO DO PROJETO

4.1 Atuação da Pastoral Carcerária Neste Contexto

Nestes três anos do desenvolvimento do projeto atual, a PCr nacional tem desenvolvido muito nas áreas de trabalho com políticas públicas, na luta contra tortura, e em defesa dos direitos básicos das pessoas presas. Além disso, elegemos dois temas principais na assembléia nacional: catequese/formação nos presídios (para desenvolver subsídios, apostilhas, etc) e como apoiar e formar os atuais agentes de pastoral e aumentar seu número.

A população prisional não pára de crescer, e a opinião punitiva e de medo da sociedade aumenta cada vez mais (reforçada pela mídia que vende desgraça e medo). O que por sua vez, acaba aumentando o trabalho da pastoral- tanto com as pessoas detidas e suas famílias, quanto com os trabalhos de sensibilização e responsabilização do governo, da sociedade e da Igreja sobre a realidade carcerária, o que leva as pessoas a cometer crimes, e métodos de prevenção ao crime e de começar lidar com a questão de drogas de uma maneira diferente (que seja da ótica de saúde em vez de crime).

A PCr tem crescido muito em seu trabalho acerca destas questões e em sua visibilidade e credibilidade. A publicação do relatório de tortura e a participação no Conselho Nacional de Prevenção e Combate à Tortura têm confirmado a Pastoral como especialista na questão.

A Pastoral também participa no Conselho Nacional de Segurança Pública, como uma de somente 6 entidades da sociedade civil. Essa escolha aconteceu através de voto dos delegados numa assembléia para formar o conselho. O que também confirma o reconhecimento da PCr nesta área de segurança pública.

Em relação às questões prisionais e políticas públicas, temos sido chamados para falar em audiências públicas, em debates, programas de rádio e televisão, com o Ministério de Justiça e Secretarias de Justiça locais (estaduais). Muitas comarcas têm o Conselho da Comunidade, órgão do poder Judiciário com função de fiscalização das unidades prisionais, entre outras funções, e, sempre há membro/s da pastoral carcerária participando ou até presidindo o conselho dos locais onde a pastoral está presente.

A equipe da Coordenação nacional também faz parte de um grupo de estudo do DEPEN (Departamento Penitenciário) que elaborou uma matriz de curriculum para a formação destes conselheiros da Comunidade na Execução de todo o país.

A pastoral também é constantemente procurada para assessoria, orientação de trabalhos de faculdade e mestrado e entrevistas sobre a mulher encarcerada, além de participar em consultas com o governo federal, o que mostra o reconhecimento e autoridade que também temos neste tema.

A procura acadêmica não se limita a questão na mulher presa, mas soma-se á diversas outras questões relacionadas à prisão. Nosso site é acessado freqüentemente e usado como um instrumento importante na pesquisa acadêmica.

Além disso- a Pastoral tem abraçado um trabalho sobre Justiça Restaurativa, Perdão e Reconciliação que despertou um grande interesse nesta área, e continuaremos aprofundando o nosso compromisso com esta temática dentro da equipe pastoral, com servidores públicos ligados ao sistema prisional e de justiça, e estamos considerando possibilidades de abordar também o poder judiciário.

Finalmente, em 2011, começamos um projeto novo de acompanhar e intervir no processo legislativo, principalmente em propostas de leis novas concernentes a questão prisional e justiça. Este projeto, em conjunto com mais duas entidades, Sou da Paz e Conectas Direitos Humanos monitora os projetos de lei relativos à justiça criminal que tramitam no Congresso Nacional.

5. OBJETIVOS DO PROJETO

5.1 Formação Humana

Realizada com os agentes de pastoral e a população prisional.

5.2 Políticas Públicas

Participação em debates locais, nacionais e internacionais, o que sempre traz uma perspectiva inédita, além de nos informar, de dados do sistema prisional dos estados através de debates e depoimentos.

Além de continuar no trabalho que já realizamos neste aspecto, pretendemos expandi-lo para novas temáticas como drogas, justiça restaurativa, egressos e familiares de presos.

5.3 Contribuir para melhoria prisional

Através de controle social, visitas regulares, formação dos familiares da população carcerária e dos funcionários, defesa de políticas públicas com atuação em todos os níveis, como por exemplo, na participação efetiva nos conselhos da comunidade.

5.4 Promover a sensibilização

Da sociedade e da Igreja sobre a realidade prisional e a importância da construção coletiva de um mundo melhor e mais justo, utilizando como ferramenta palestras, participação em seminários, publicações, etc.

5.5 Manutenção da PCr

Do escritório e equipe de apoio.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

6.1 Formação Humana

- Continuar o curso de justiça restaurativa, perdão e reconciliação com membros da pastoral e colaboradores em várias regiões do país (este ano, está agendado para oferecer o curso para funcionários do sistema prisional e presos do regime semi-aberto também);
- Criar núcleos de perdão e justiça restaurativa formados em 5 estados, com supervisão da equipe do CDHEP (Centro de direitos Humanos e Educação Popular);
- Catequese/formação humana dentro dos presídios – uma equipe composta de agentes de pastoral e outros especialistas está trabalhando um subsídio para uso dentro dos presídios e trabalha através de educação popular para uma formação humana dentro da Igreja;
- Continuar o processo de estruturação da pastoral carcerária em todos os níveis para gerar articulação da pastoral Carcerária em todos os Estados;
- Prosseguir com as visitas da coordenação nacional e de Macro região aos Estados que não têm estrutura de pastoral estabelecida ou estão desarticulados. Nestas visitas, procuramos conversar com bispos, com agentes de pastoral, e visitar unidades prisionais;
- Os Coordenadores nacionais e/ou macrorregiões participarão nos encontros estaduais para oferecer acompanhamento, formação temática, orientação sobre o trabalho de políticas públicas nacionais e internacionais, e outros temas que trata no nível nacional;

6.2 Políticas públicas

- Participação em movimentos para propostas de leis que afetam a população carcerária e a realidade de justiça e segurança pública no Brasil
- Participação em seminários, reuniões e consultas com o Departamento Nacional Penitenciário (Depen), Ministério de Justiça, e outros elos do governo

- Propor audiências públicas sobre temas relevantes que no momento não fazem parte da pauta do Estado
- Articulação sobre o tema de justiça restaurativa com o Departamento Penitenciário Nacional, e as Secretarias de Justiça/Sistema Prisional em alguns estados
- Continuação de militância nos níveis nacionais e internacionais sobre a realidade da mulher encarcerada em relação à questão de drogas, de filhos, e de penas alternativas

6.3 Melhora das Condições Prisionais e Defesa de Direitos Humanos

- Defesa de direitos básicos, realizando atendimento de casos individuais e coletivos, que acabam sendo utilizados como referência para outros casos.
- Assistência religiosa: a pastoral está lutando para uma lei nacional que rege o direito de acesso a assistência religiosa, e também no nível mundial, através da ONU e a Pastoral Carcerária Internacional (ICPPC)
- Acesso à justiça – há ainda estados no Brasil sem defensoria pública formada (apesar de a lei garantir este direito desde 1988). A pastoral nacional e as pastorais estaduais lutam para garantir acesso à justiça em geral, mas especialmente nos estados onde não há uma Defensoria Pública funcionando (Santa Catarina e Goiás)
- Luta contra Tortura
 - O Brasil assinou o OPCAT (Optional Protocol to the UN Convention Against Torture) e ainda está no processo de desenvolver a estrutura nacional necessária, e também os comitês estaduais- a pastoral faz parte do Comitê nacional e também participa nesta construção nos Estados
 - Procuramos não somente denunciar casos de tortura, mas também estudar as estruturas que permitem que a tortura perpetue nas ruas e nas unidades prisionais
 - Outubro de 2012 marcará 20 anos desde o massacre de Carandiru- onde até hoje, ninguém foi responsabilizado, apesar de mais de 100 presos mortos. Pretendemos trabalhar durante o ano para chamar atenção esta profunda injustiça e marcar a data com um evento grande
 - Trabalhamos para a implantação da lei nacional de monitoramento contra tortura, implantação nos Estados, e formação dos agentes de pastoral e agentes públicos (defensoria pública, ministério público, magistratura) sobre o tema de tortura e monitoramento dos locais de internação/prisão

6.4 Articulação e participação dentro da Igreja Católica

- ConeSul- participamos numa rede com os agentes de pastoral da Igreja Católica dos outros países do ConeSul

- ICCPPC – articulação com a Pastoral Carcerária Internacional, participando em seus encontros que acontecem cada quatro anos, lidando com a questão de assistência religiosa aos presos no nível mundial, e congressos da ONU. O encontro em 2011 terá tema de justiça restaurativa.
- CNBB – a coordenação participa nos encontros das pastorais sociais a nível nacional, de justiça e paz, de encontros de Assessoria de Comunicação da CNBB, e também no CNBB regionais.
- Publicação de artigos e editoriais em revistas de missão, de jornal católico, e em sites de entidades religiosas

6.5 Manutenção do Escritório e Equipe de Apoio

- Manter um escritório nacional facilitando o trabalho da coordenação - com comunicação, prestação de contas, secretaria, acesso aos recursos de internet, impressão, etc.

7. ALGUMAS ATIVIDADES PREVISTAS E ATORES DO PROJETO

- Participação da equipe nacional e coordenadores das macro-regiões em encontros estaduais, encontros macrorregionais e o encontro nacional;
- Articulação de uma rede jurídica no âmbito nacional da Pastoral Carcerária- com encontros anuais de até 10 advogados, a fim de estudar as leis, casos concretos, defesa de direitos humanos, a revista vexatória e outros assuntos;
- Publicação de artigos em jornais e revistas sobre assistência religiosa, a revista vexatória, justiça restaurativa, a questão de drogas, etc.;
- Articulação da pastoral carcerária através do boletim, do site, e com assessoria de imprensa e comunicação;
- Manutenção do escritório: a prestação de contas de vários projetos da Asaac, comunicação com o público, com agentes da Pastoral Carcerária e com a coordenação;
- Participar em eventos da Igreja, da CNBB, encontros das pastorais sociais da CNBB, cursos para as pastorais nacionais sobre comunicação, recadação de recursos, a Campanha da Fraternidade
- Participação em seminários governamentais e não-governamentais- sobre HIV/AIDS, drogas, mulheres, saúde mental, tortura, justiça restaurativa, educação e mais
- Formação de subsídios (especialmente recursos audiovisuais e por escrito) sobre estes temas para o uso dos agentes da pastoral (e outros)
- Elaborar projetos para tornar possíveis os trabalhos da Pastoral Carcerária nacional
- Formação específica para os agentes da PCR que atuam como catequistas nos presídios

7.1 Atores/Colaboradores

- **ADVOGADO**- Solicitamos que o projeto contemple a contratação de um advogado por tempo integral para melhor corresponder às necessidades, pois a demanda do trabalho é grande e ele consulta os agentes de pastoral dos Estados em questões de casos específicos, estuda questões pertinentes (assistência religiosa, tortura, revista vexatória, direito de visita), a fim de esclarecer e defender a opinião da pastoral em relação as questões jurídicas e de direitos; assessorar a coordenação; oferecer cursos de treinamento e assessoria.
- **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO** – é imprescindível ter uma assessoria de imprensa e comunicação. Mais de 6.000 pessoas recebem o Boletim da pastoral Carcerária, e o site serve como fonte de informação para muitos agentes de pastoral e o público em geral.
- **COORDENAÇÃO** – eleita em assembléia- todos voluntários (sem remuneração fixa), os coordenadores articulam a Pastoral Carcerária e procuram fomentar a Pastoral nas equipes locais. Sendo um coordenador nacional, uma vice- coordenadora nacional, uma coordenadora nacional responsável pela questão da mulher presa e cinco coordenadores de macro região (norte, sul, centro-oeste, nordeste e sudeste). Porém, apesar de prestarem um serviço voluntário, a equipe da coordenação precisa de ajuda financeira para realizar as viagens (para encontros, assembléias e etc, conforme já foi descrito) e apoio para os trabalhos cotidianos, como acesso à internet, computador, material de escritório, etc.
- **EQUIPE DE APOIO** – Uma administradora, uma secretária, um office boy, uma recepcionista, contabilidade, que prestarão serviço para o escritório nacional.
- **COLABORADORES DIVERSOS** – bispos, teólogos, advogados, especialistas, outras entidades da Sociedade civil, e às vezes o governo através do Ministério de Justiça, Departamento Penitenciário, Ministério de Saúde, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Deputados, Senadores e assessores

8. OUTROS EFEITOS POSSÍVEIS

- Melhor articulação e formação de nossos agentes em todos os estados
- Formação Humana com a população prisional
- Melhores condições das unidades prisionais
- Redução da população prisional
- Formação de liderança da PCr para o futuro
- Afetar opinião e políticas públicas estaduais e nacionais
- Levar a realidade Brasileira para os níveis de Latino-america e mundial
- Diminuição de tortura no Brasil

- Mais políticas públicas efetivos sobre mulheres presas, prisão provisória, drogas, saúde mental e egressos

9. ANÁLISE PREVISTA DOS EFEITOS (e indicadores)- Estes indicadores serão usados para medir o progresso da Pastoral Carcerária durante estes três anos

- Quantos estados têm efetivado um comitê contra tortura?
- Quantos artigos temos publicado?
- Quantos núcleos/equipes de justiça restaurativa temos? Como estão funcionando?
- Quantos agentes de pastoral temos formado no assunto de justiça restaurativa e perdão?
- A população de presos provisórios tem diminuído? Por qual porcentagem?
- Existem alternativas à prisão para usuários de drogas?
- O número de denúncias de tortura tem diminuído?
- Quantos estados têm espaço adequado para garantir amamentação?
- Quantos estados têm pastoral carcerária articulada e com uma coordenação funcionando?

10. PERSPECTIVAS/SUSTENTABILIDADE

A PCr tem procurado financiamento de seus trabalhos de várias maneiras- inclusive quando fazemos assessoria de encontros ou reuniões, quando possível, sempre esperamos que ao menos a assessoria seja custeada por aquele grupo/entidade que nós convida.

Temos vários projetos- mas geralmente estes projetos financiam um trabalho específico, e não a manutenção da equipe de apoio e assessoria (jurídica e de comunicação). Assim sendo, sem a renovação deste projeto, será impossível manter a organização com a estrutura e comunicação que temos atualmente.

Além disso, temos estudado a possibilidade de outros projetos, porém com nossa equipe extremamente reduzida, não é possível liberar uma pessoa de suas atividades para se dedicar somente a estudar e escrever projetos.

No mês de julho deste ano, um representante da Pastoral Carcerária participou na 4ª Oficina sobre mobilização de Recursos para a Sustentabilidade das Pastorais e Organismos organizada pela Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB. Temos esperança que esta formação vai começar ajudar a pastoral procurar outras entidades e maneiras também de apoio à Pastoral Carcerária.

11. ORÇAMENTO E PLANO DE FINANCIAMENTO (calculado para 36 meses)

11.1 Despesas (Tabela de custos em anexo):

O valor das despesas abaixo mencionadas foi calculado através da soma dos gastos realizados no projeto Misereor (em 2010) e 50% do valor de outro projeto que nos ajudava a manter o escritório, mas que infelizmente enviou a última remessa de verba no começo deste ano.

Rubrica I- Investimentos:

- 3 computadores para escritório nacional
- 3 impressoras
- Datashow

Os itens citados são essenciais para o escritório nacional da pastoral carcerária, pois seu uso é frequente tanto no próprio escritório quanto na realização e participação em eventos. De acordo com orçamentos realizados, o valor total para a compra destes itens é **R\$ 7.870,00**.

Rubrica II- Pessoal:

- Administradora
- Aux. Administrativo
- Recepcionista (30 horas)
- Oficeboy (30 horas)
- 1 Advogado
- Assessoria de comunicação
- Contador

A entidade precisa do quadro de funcionários acima para manter o escritório e alcançar os objetivos propostos. O volume de trabalho é muito grande, a demanda é praticamente maior do que a que podemos sustentar, por exemplo, o ideal seria a contratação de dois advogados, mas reconhecemos a dificuldade financeira para contratar mais funcionários. Sendo assim solicitamos o valor de **R\$ 607.187,52** para a rubrica de pessoal, contemplando as funções citadas acima.

Rubrica III- Custos de Programa:

- Transporte (combustível, passagens aéreas e rodoviárias, táxi)
- Hospedagem
- Alimentação
- Despesas em geral- realizadas em viagens para cursos, seminários e assembléias e encontros.

Os custos acima citados contemplarão os coordenadores nacionais e de macro região. Os representantes da PCrN, irão visitar assembléias, encontros, cursos de formação e seminários nos estados e macro regiões. Está sendo desenvolvido um projeto para que os coordenadores de macro assumam e coordenem os assuntos de sua região, tornando-os mais independentes e seguros em relação à coordenação nacional.

A fim de desenvolver esta articulação, solicitamos o valor de **R\$190.419,33** para as despesas da rubrica III.

Rubrica IV- Outros Custos Correntes:

- Condomínio
- Luz
- Telefone
- IPTU
- Internet
- Material de copa
- Material de escritório (papelaria)
- Material didático (livraria, Xerox, apostilas)
- Manutenção de computadores

Os gastos pertencentes á rubrica IV nos ajudarão a manter o escritório nacional, estadual e parte das despesas dos coordenadores de macro região no atendimento ao publico. Para isso, requisitamos o valor de **R\$209.415,00**.

11.2 Receitas:

A pastoral conta com trabalho voluntário de muitas pessoas e além disso temos muitas outras que podem trabalhar diariamente conosco pois têm algum outro projeto/ instituição que as apóia/ financia, com o podemos demonstrar abaixo:

- Contribuições de terceiros:
 - Três membros da coordenação nacional da Pastoral Carcerária, que trabalham exclusivamente em prol da mesma, têm suas despesas pessoais e parte dos custos provenientes do trabalho, mantidas por outras instituições, o que torna possível ter uma coordenação com disponibilidade total.
 - Porticus (projeto de Práticas Restaurativas)- através deste projeto, já realizamos 9 cursos para os agentes de pastoral de todo o país.
 - Áustria – uma paróquia na Áustria que apoiou durante alguns anos o trabalho da Pastoral Carcerária Nacional, e que enviou sua última contribuição no início deste ano.
 - Aluguel de duas salas – a ASAAC recebeu a doação de 2 pequenas salas comerciais, que foram alugadas e á partir de jun/2011 começaram a gerar uma pequena renda para a entidade.
- Contribuições locais em dinheiro:
 - Doações espontâneas

- Contribuições locais:
 - A pastoral realiza projetos em conjunto com outras entidades- como ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania), Sou da Paz, Conectas Direitos Humanos- que recebem verbas destinadas especificamente para sua execução. Os recursos são enviados e administrados pelas entidades parceiras.
 - Assessorias (despesas de viagens, hospedagem)- Sempre que possível, a coordenação solicita reembolsos de despesas para a participação em encontros, conselhos, reuniões, etc.
 - Escritório (A ASAAC é proprietário da sala onde funciona o escritório nacional, o que possibilita que não haja despesa com aluguel, somente condomínio)

Porém, contamos com o apoio da Misereor para que financiem as despesas citadas acima a fim de manter a estrutura de trabalho que temos hoje pois já verificamos uma grande evolução da Pastoral Carcerária, tanto em seu alcance de atuação quanto no reconhecimento pelo trabalho realizado.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito nas páginas acima, solicitamos que contemplem nosso pedido de colaboração para que possamos dar continuidade no trabalho que vem sendo desenvolvido no decorrer dos últimos anos.

Desde já agradecemos a atenção e apreciação deste projeto.

Aproveitamos a ocasião para reiterar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Maria Enedina Nogueira de Mello Viola
Presidente da Associação de Apoio e Acompanhamento

Pe. Valdir João Silveira
Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária/ CNBB

13. Anexos